

História, memória e comemorações: em torno do genocídio e do passado colonial no sudoeste africano

*History, memory, and commemorations:
on genocide and colonial past in South West Africa*

Sílvio Marcus de Souza Correa*

RESUMO

Com base na nova historiografia alemã, o artigo trata de algumas formas de compartilhar a experiência, do dever da memória e do reescrever da história no que tange ao genocídio durante a guerra colonial (1904-1907) no sudoeste africano. A história e a memória passam por um processo de descolonização, tanto na Alemanha quanto na Namíbia, que transcorre por meio de petições por reparações ou protestos diante de monumentos do período (pós-)colonial ou de rituais de comemorações. Sobre essas experiências, as histórias nacionais de países africanos apresentam tensões intrínsecas ao caráter multicultural ou pluriétnico das sociedades pós-coloniais.

Palavras-chave: genocídio; sudoeste africano; descolonização da memória/história.

ABSTRACT

Based on the new German historiography, this paper deals with some forms of sharing experience, with the task of memory and of rewriting history in view of the genocide during the Colonial War (1904-1907) in South West Africa. History and memory undergo a process of decolonization both in Germany and in Namibia, which takes place by means of petitions for reparations, or protests in front of monuments of the (post-)colonial period, or commemoration rituals. About these experiences, the national histories of the African countries present tensions intrinsic to the multi- or pluriethnic character of the post-colonial societies.

Keywords: genocide; South West Africa; decolonization of memory/history.

Apesar do atual interesse pela história da África, algumas regiões africanas e alguns períodos são pouco conhecidos dos historiadores e estudantes brasileiros. Nas últimas três décadas, as principais revistas de estudos africanos no país quase nada publicaram sobre a história da Namíbia ou do sudoeste afri-

* Doutor pela Westfälische Wilhelms-Universität Münster (Alemanha), Professor do Departamento de História e do PPGH da Universidade Federal de Santa Catarina. Campus Universitário - UFSC - CFH - Bairro Trindade. 88040-970 Florianópolis - SC - Brasil. silviocorrea@cfh.ufsc.br

cano.¹ Situação não muito diferente se verifica no caso da *Journal of African History*, um dos principais periódicos internacionais sobre História da África.²

Na vaga dos *postcolonial studies*, a história comparada de genocídios tem reservado atenção especial ao caso do grupo étnico *herero*. Também um enfoque extraeuropeu na nova historiografia alemã tem privilegiado *area studies* em que se destacam os trabalhos sobre as colônias alemãs, sobretudo a do sudoeste africano.³ A história da Namíbia registra o primeiro genocídio do século XX. Tal acontecimento ocorreu durante a guerra colonial (1904-1907) no sudoeste africano, embora o extermínio dos *herero* tenha continuado durante os primeiros meses do período *post-bellum*.

Nos últimos anos o genocídio deixou de ser uma experiência particular dos *herero*, uma minoria étnica que perfaz, atualmente, menos de 10% da população total da Namíbia. Essa experiência traumática de um grupo étnico acabou sendo compartilhada entre membros do *in-group* e do *out-group* não apenas pelo que se pode denominar de “memória social”,⁴ mas também pela reescrita da história nacional da Namíbia.

A revisão crítica da historiografia alemã em relação à experiência colonial no sudoeste africano e a recente escrita da história nacional da Namíbia trazem à tona uma série de questões sobre a tensão entre passado e futuro, o que remete a algumas ideias de Reinhart Koselleck sobre a relação entre campo de experiência e horizonte de expectativa, bem como sobre os diferentes tipos de escrita da história e seus respectivos tempos.⁵

Em relação à guerra colonial no sudoeste africano, pode-se inferir que a história anotada (*Aufschreiben*), cuja temporalidade é da curta duração, foi escrita pelos ‘vencedores’. Já a história cumulativa (*Fortschreiben*) permitiu certo distanciamento crítico em relação à primeira, mais suscetível à subjetividade de quem viveu a experiência.⁶ No entanto, um século depois do acontecimento, a história reescrita (*Umschreiben*) se aproximou dos ‘vencidos’. Escusado lembrar que esta última tem função terapêutica em casos de traumas coletivos ou nacionais.⁷

Na Alemanha, a nova historiografia tem cumprido com essa função em relação ao Holocausto. Nos últimos anos, o genocídio dos *herero* saiu do esquecimento quando historiadores alemães passaram a reescrever a história do colonialismo à época do II Reich.⁸ Por seu turno, alguns historiadores namibianos propõem uma revisão da própria história (pré-)nacional da Namíbia.⁹ Mas o reconhecimento do genocídio dos *herero* não é consensual na historiografia. Uma das principais historiadoras da Namíbia, Brigitte Lau, discordava da tese do genocídio.¹⁰ Entre a nova geração de historiadores alemães, o geno-

cídio dos *herero* é amplamente reconhecido e chegou a ser considerado um ‘trauma nacional’ para a Namíbia (Zimmerer; Zeller, 2004, p.9). Cabe ressaltar aqui o polêmico debate em torno do veredicto dos historiadores.¹¹ A propósito, o que pode implicar uma história reescrita do genocídio dos *herero* como ‘trauma nacional’, considerando que a Namíbia se tornou uma nação independente em 1990?

GENOCÍDIO DOS *HERERO* COMO ‘TRAUMA NACIONAL’

A interpretação do genocídio dos *herero* como ‘trauma nacional’ enceta nova polêmica à revisão historiográfica do passado colonial na Namíbia. Como categoria de intervenção a certos organismos e associações que pleiteiam, entre outras reivindicações, reconhecimento do genocídio e indenizações, o ‘trauma nacional’ não deixa de ser ambíguo quando alguns historiadores fazem dele uma categoria histórica, pois isso implica nacionalizar a experiência histórica de uma minoria étnica. Evidentemente, o ‘trauma nacional’ tem forte apelo midiático e isso foi explorado em matérias de jornais e documentários para televisão, em reportagens sobre o centenário do genocídio dos *herero*.

Além dos jornalistas, consultores ou representantes de ONGs ou de associações se valem da categoria de ‘trauma nacional’ sem uma definição precisa, como se genocídio redundasse inevitavelmente em trauma nacional. Mas o genocídio dos *herero* como ‘trauma nacional’ implica uma negociação com os demais grupos étnicos da Namíbia. Cabe lembrar que a etnicidade é um componente da organização político-partidária naquele país.¹²

Atualmente, a população nacional da Namíbia é composta por grupos de origem europeia (alemão e inglês) ou sul-africana (africâner) e por vários grupos de origem africana (*ovambo*, *nama*, *herero*, *sam* e *tswana*, entre outros), além de um grupo expressivo de mestiços de origem africana ou afro-europeia. O grupo *ovambo* é majoritário, representando 50% da população total de 2,1 milhões. Os grupos *herero* e *nama* perfazem respectivamente 7% e 5% da população total. A população branca de origem alemã, inglesa ou africâner, representa em torno de 5% da população do país.¹³

Historicamente, todos esses grupos se envolveram em maior ou menor grau nas guerras coloniais no sudoeste africano. Na guerra contra os *herero* e os *nama*, por exemplo, os alemães contaram com guias ou batedores bôeres e com um batalhão de mestiços. Cabe lembrar que a guerra no sudoeste africano ocorreu dois anos depois do término da última guerra anglo-bôer na África austral (1900-1902).

Sobre o genocídio dos *herero*, o extermínio foi uma ordem expressa pelo alto comando militar à época do colonialismo alemão. Para a historiografia, a ordem de extermínio (*Vernichtungsbefehl*) do general Lothar von Trotha, de 2 de outubro de 1904, passou a ser a chave documental do genocídio.¹⁴ Calcula-se que cerca de 70 mil pessoas foram mortas entre os *herero*, ou seja, cerca de 80% da sua população. Em torno de 14 mil soldados alemães participaram da guerra, dos quais 1.500 morreram em combate ou de doenças como o tifo.¹⁵

Ainda em 1904, os *nama* se rebelaram contra o domínio colonial alemão. Um destino não tão diferente ao dos *herero* foi sentenciado sob as ordens do mesmo general von Trotha. Calcula-se em 10 mil o número de mortos (50% da população *nama*) entre os anos de 1904 e 1908.

Apesar do seu maior impacto, o genocídio não foi a única experiência traumática naquele contexto beligerante. Indivíduos de um lado e de outro do conflito sofreram outros traumas, pois muitos foram expostos à sede, à fome, às epidemias, à migração impelida, à perda de entes queridos, aos assaltos, estupros e roubos.

Em relação ao genocídio, deve-se distinguir entre a experiência vivida e as formas de lembrar a experiência pretérita.¹⁶ Uma vez terminada a guerra, os prisioneiros não tinham ideia do número de mortos, de refugiados ou dos que se encontravam confinados nos vários campos de concentração. Alguns sobreviventes estavam dispersos. Milhares de homens, mulheres, crianças e velhos morreram ao tentar atravessar o deserto de Omaheke. Calcula-se que apenas mil deles chegaram à fronteira da Betschuanaland (atual Botsuana), então sob domínio britânico. Entre outros sobreviventes estava o líder Samuel Maharero, que faleceu no exílio em 14 de março de 1923.

Os sobreviventes do genocídio se reuniram publicamente pela primeira vez em torno do túmulo do líder Samuel Maherero em Okahandja.¹⁷ Desde então, a comemoração ocorre anualmente e constituem dos mais importantes ritos de atualização da memória coletiva dos *herero*. Simbolicamente, o túmulo do líder *herero* serve como ‘catalisador’ ao sentimento de pertencimento dos membros daquela comunidade étnica (Gewald, 2004, p.179).

Uma identificação mais política do que étnica pode também favorecer uma transferência, uma apropriação da experiência passada pelas novas gerações. A memória de uma experiência passada pode ser assim compartilhada por membros de outros grupos. A ressignificação de um acontecimento torna, às vezes, a comemoração de um grupo étnico em data regional ou mesmo nacional.

No caso do genocídio dos *herero*, cabe lembrar que o nacionalismo nami-

biano antecedeu a construção social do ‘trauma nacional’; pois, sem uma identidade nacional, não seria possível redimensionar o genocídio dos *herero* em trauma nacional. Aliás, o acontecimento histórico é uma referência à lembrança, não idêntico ao que se manifesta na consciência coletiva (Zimmerer; Zeller, 2004, p.10).

Desde sua independência em 1990, o governo da Namíbia tem dificuldades em representar com equidade os vários grupos étnicos que compõem a sociedade nacional, tampouco em atender suas reivindicações no que concerne a reparações do passado. O nacionalismo do presidente Sam Nujoma não fez concessões às minorias étnicas. Aliás, a participação oficial da Namíbia no processo de reconhecimento internacional do genocídio dos *herero* foi tímida. Os dois processos jurídicos que foram abertos nos Estados Unidos contra instituições alemãs acusadas de tirar proveito do genocídio durante a guerra colonial e o diálogo aberto em Genebra pelo Comissariado dos Direitos Humanos das Nações Unidas abalaram as relações diplomáticas entre Alemanha e Namíbia.¹⁸ Por sua vez, o presidente Sam Nujoma afirmou que tais iniciativas eram dos representantes dos *herero* e não de representantes oficiais da Namíbia (Melber, 2004, p.218). Em outras palavras, o genocídio dos *herero* não foi considerado oficialmente como ‘trauma nacional’, ao menos durante a era Nujoma (1990-2005). Escusado lembrar que a base étnica do eleitorado da Swapo – partido no poder desde 1990 – é o grupo *ovambo*, majoritário no país.

RITOS DE COMEMORAÇÃO E LOCAIS DE MEMÓRIA

Um acontecimento marcante para uma coletividade é, geralmente, compartilhado pelos seus membros. Compartilhar uma experiência é o que lhe confere um caráter social.¹⁹ A memória de um acontecimento não se faz apenas pela experiência vivida, mas pela(s) forma(s) de compartilhar tal acontecimento. A memória coletiva de um acontecimento não é a soma de memórias individuais sobre ele. Para a organização e a atualização da memória coletiva desempenham importante função os ritos de comemoração de um acontecimento. Para Koselleck (1987, p.9), toda comunidade humana dispõe de um espaço de experiência vivida, a partir do qual as pessoas agem e no qual o que passou se faz presente pela memória ou pela história e pelos rituais de comemoração de uma experiência pretérita. Da mesma forma, as pessoas comungam um horizonte de expectativa, em função do qual elas também se orientam. As lembranças ou o esquecimento de uma experiência passada condicionam o horizonte de expectativa.

Nas sociedades pós-coloniais, geralmente compostas por vários grupos étnicos, a história nacional pode divergir da(s) memória(s) de cada grupo étnico ou de cada geração. Cabe lembrar que a história e a memória registram de forma distinta a experiência. Apesar de a memória nos interpelar por reparações ou por comemorações, estas não substituem a experiência cuja irreversibilidade não nos permite reviver o acontecido. Resta-nos lembrá-lo, comemorá-lo, deplorá-lo ou esquecê-lo? Paul Ricoeur (2000) demonstrou que há uma possibilidade de representação do passado que não se reduz ao simples exercício subjetivo e relativo da rememoração.

O caso do genocídio ocorrido na antiga colônia alemã do sudoeste africano durante a guerra colonial pode ser emblemático da relação entre memória, história e experiência. A partir da década de 1920, os sobreviventes dos grupos *herero* e *nama* e posteriormente seus descendentes passaram a comemorar acontecimentos alusivos às suas respectivas experiências. Também os alemães e seus descendentes tinham ‘seus traumas’ para rememorar.²⁰ Essas três minorias étnicas da Namíbia atual comemoram, desde o início do mandato sul-africano até hoje, datas especiais para suas respectivas comunidades. Os descendentes alemães comemoram o *Waterber-Tag*, os dos *herero* o *Ohamakari Day* e os dos *nama* o *Heroes Day*. Três comemorações alusivas a três acontecimentos que extrapolam a simples homenagem aos antepassados mortos durante a guerra em diferentes locais do território nacional, pois servem à identidade dos descendentes de cada grupo e à atualização das suas memórias coletivas.

Um acontecimento pode ser revestido de múltiplos sentidos. No caso de um genocídio, a experiência é registrada na memória dos sobreviventes. Pela história ou pela tradição oral, as novas gerações são inteiradas do acontecido, mas também pela leitura simbólica de certas paisagens ou pelas comemorações, ou ainda pela visita a lugares de memória como um cemitério. No caso dos *herero*, o traslado do corpo do líder Samuel Maharero (1854-1923) e seu enterro em Okahandja em 1923 marcaram um renascimento simbólico do grupo. A cerimônia passou então a fazer parte das comemorações dos *herero*. Além de cerimônias religiosas, realiza-se também uma parada militar com integrantes representando soldados cujos uniformes lembram aqueles das tropas alemãs. Entre os *herero*, comemora-se também o *Ohamakari Day*. O local da comemoração anual tem valor histórico e simbólico, pois foi onde se iniciou a fuga fatídica pelo deserto de Omaheke e que resultou na morte de milhares de homens, mulheres, crianças e velhos (Förster, 2004, p.213-214). Entre os *nama*, o *Heroes Day* se realiza em Gibeon, região de maior concentração dos

Nama-Wittboi à época da guerra colonial.²¹ Além de cerimônia religiosa, o *Heroes Day* integra representações de acontecimentos históricos marcantes para a comunidade. Essas representações podem ser, por exemplo, da última batalha do grande líder *nama*, o capitão Hendrik Witbooi (1830-1905), como um ataque da *Schutztruppe* à fortaleza natural de montanhas onde se encontravam os *Nama-Witbooi* em 1904. Assim como outras narrativas de festas comemorativas ou celebrações, a *Heroes Day* evidencia a resistência do grupo e o seu *ethnic revival*.²² Cabe ressaltar que a encenação de um acontecimento faz parte da *telling*, ou seja, da ação (*the act of narrating*) de um processo comunicativo que inclui outros elementos-chaves (*story, discourse*) da narrativa (Bruner, 1986, p.145).

Já os descendentes alemães comemoram o “Waterberg-Tag” no cemitério de Waterberg, onde muitos antepassados seus tombaram e estão enterrados. Isso denota a permanência de idiosincrasias das memórias coletivas na sociedade multicultural da Namíbia, expressas tanto em seus rituais de comemoração quanto em suas ancoragens locais e simbólicas (Förster, 2004, p.214).

DESCOLONIZANDO A MEMÓRIA E A HISTÓRIA

Em vários países africanos os estudos no campo da história e das ciências sociais têm tratado assuntos, como relações de gênero e genocídios, com base em novos aportes teóricos e metodológicos.²³ Para temas mais ‘clássicos’ nas ciências sociais como conflitos, rupturas e continuidades, a África austral tem sido um importante laboratório. Nesse sentido, os trabalhos em antropologia de Max Glukman e Victor Turner²⁴ foram seminais para os estudos culturais pós-coloniais. Também o passado colonial tem sido criticamente revisado no que tange ao seu legado em sociedades africanas que passaram pelo crisol da descolonização, mas que conheceram formas variadas de despotismo no período pós-colonial (Mamdani, 1996). No entanto, alguns africanistas criticam certas generalizações baseadas em casos da África austral.²⁵

No caso da Namíbia, o genocídio dos *herero* tem suas particularidades e se deve ter muito cuidado ao compará-lo, por exemplo, com o genocídio *tutsi*.²⁶ Isso não significa que não possa haver elementos comuns no genocídio de grupos étnicos em diferentes épocas e lugares.²⁷

Assim como o centenário do genocídio dos *herero*, outras celebrações se inscrevem num processo de descolonização da memória e da história na atual Namíbia. Isso tem suscitado o debate sobre o dever de memória e o direito ao esquecimento naquele país. Da mesma forma, a nova onda de monumentos e

memoriais tem demonstrado o quanto sociedades pós-coloniais buscam tratar seus traumas no campo simbólico.²⁸ Isso não elimina as dificuldades em reescrever uma história nacional que possa tratar com equidade as experiências passadas de cada grupo étnico.

Como a escrita da história, a memorialização opera também com experiências passadas. A distinção entre ambas é, todavia, necessária. A memória é a lembrança de uma experiência vivida, presente e aberta a transformações sucessivas, geralmente inconscientes para as pessoas. A memória é suscetível a períodos de longa latência, mas ela pode de chofre ser despertada.²⁹ Se ela tende ao absoluto, sacralizando a lembrança, a história é sempre relativa, implicando crítica e análise. Diferente da memória é a relação da história com a experiência pretérita. A história é uma construção sempre problemática e incompleta do que já não é mais, mas que deixou vestígios. São esses vestígios, discursivos ou não, que permitem o discernimento dos acontecimentos. Também a maneira de articular os acontecimentos anteriores e posteriores difere a história da memória. Com base nos vestígios, o historiador elabora o enredo do que aconteceu, integrando os acontecimentos num conjunto explicativo coerente. Nesse sentido, memória e história podem até mesmo se opor.³⁰ Mas a independência que tem a reconstrução histórica – de uma experiência pretérita – da memória social não necessariamente redundam em oposição de ambas. A memória de grupos sociais pode auxiliar o trabalho do historiador (Conner-ton, 1989, p.14; Dosse, 2009, p.10). Além disso, memória e história podem cumprir uma função terapêutica em casos de experiências traumáticas.³¹

O dever de memória e a reescrita da história nem sempre têm uma conjuntura favorável para o seu exercício. Em alguns momentos ou em alguns lugares, as minorias étnicas enfrentam certas dificuldades para realizar suas comemorações ou outras formas de cultuar a memória coletiva. O culto à memória de uma minoria étnica pode provocar sanções dos demais grupos minoritários ou do(s) grupo(s) majoritário(s), principalmente quando esses grupos também compartilharam a mesma experiência, ou outra, similar.

Na Namíbia, algumas manifestações em prol do reconhecimento do genocídio durante o domínio colonial alemão provocaram embaraços diplomáticos entre os dois países. Depois das visitas oficiais de Helmut Kohl à Namíbia em 1995 e de Sam Nujoma à Alemanha em 1996, o presidente alemão Roman Herzog visitou a Namíbia em 1998. Nessa ocasião, representantes dos *herero* se manifestaram com o intuito de que o governo da Alemanha reconhecesse o genocídio. O presidente alemão chegou a mencionar os ‘erros do passado’, mas não assumiu oficialmente nenhuma responsabilidade.

No início de 2000, o advogado inglês Lord Anthony Gifford foi contratado pelos *herero* para abrir um processo jurídico em nível internacional. Em outubro ocorreu o primeiro encontro oficial dos representantes dos *herero* com o Comissariado dos Direitos Humanos das Nações Unidas, em Genebra.³² Apesar de certo impacto na mídia com base em uma série de documentários realizados por emissoras de vários países como a França, a África do Sul e mesmo a Alemanha e várias matérias na imprensa europeia, o governo alemão não se viu obrigado por nenhuma instância jurídica a versar uma indenização por reparo ao genocídio. No entanto, desde 2004 a Alemanha se comprometeu a aumentar sua ajuda econômica para o desenvolvimento da Namíbia.³³

Além do plano econômico, outros projetos entre os dois países foram realizados nos últimos anos. Entre eles, destaca-se o projeto “Arquivo da resistência anticolonial e da luta pela libertação” (*Archiv des anticolonialen Widerstands und des Befreiungskampfes*). Por meio de doações de instituições e de particulares, o projeto logrou aumentar o acervo do Arquivo Nacional de Windhoek (ANW). Em 2008, a bibliotecária da Universidade da Namíbia e representante do ANW, Ellen Namhila, esteve na Alemanha para receber a doação de uma série de documentos importantes (em versão digitalizada) para a história da Namíbia. Nessa ocasião, ela concedeu entrevista sobre a importância de reconstruir a história do país. Para ela, “a identidade de um povo se baseia na história, ela é o núcleo de todo o desenvolvimento por vir”.³⁴

Também demandas pela devolução da coleção de crânios de africanos que serviu às pesquisas científicas de Eugen Fischer se inscrevem nessa descolonização da cultura do dominado e do dominador de outrora. Sobre o destino dos crânios ‘repatriados’ ainda há controvérsia.³⁵ O governo da Namíbia chegou a sugerir enterrá-los junto ao Memorial “Heroes Acre”, inaugurado em 2002. Já as lideranças das minorias étnicas envolvidas visam alocá-los num Museu do Genocídio.³⁶

O processo de descolonização da memória tem também fomentado ações públicas como a substituição de nomes de ruas, a retirada ou derrubada de monumentos e a inauguração de novos monumentos, memoriais e museus. Na Namíbia, algumas ruas e avenidas tiveram seus nomes alterados. Na capital Windhoek, a antiga avenida Curt von François passou a ser chamada Sam Nujoma Drive. Em Swakopmund, a antiga Kaiser Wilhelm Strasse se tornou Sam Nujoma Avenue. Em Keetmanshoop, também a Kaiser Street foi rebatizada de Sam Nujoma Drive em homenagem ao primeiro presidente da Namíbia.³⁷ Essa mudança de nomes também foi parte do processo de ‘namibialização’ pós-independência (Bader, 1987, p.168).

Como mencionado anteriormente, o memorial nacional “Heroes Acre” foi inaugurado em Windhoek em 2002.³⁸ Na narrativa histórica do relevo plástico do memorial se faz referência à luta pela libertação da Namíbia desde a guerra colonial até a independência. Nesse memorial há certa linearidade desde os ‘heróis da resistência’ ao colonialismo alemão até os ‘heróis da independência’ que lutaram contra o colonialismo sul-africano. Enfim, trata-se de um memorial da ‘resistência negra’ da Namíbia contra o poder branco vigente sob o período colonial alemão e, posteriormente, sob o mandato sul-africano.

O Museu de História sobre a Independência da Namíbia também foi concebido nesse processo de descolonização em que mesmo a arquitetura projetada visa romper com uma herança arquitetônica dos tempos coloniais, ainda muito presente no patrimônio urbano de Windhoek (Zeller, 2004, p.203).

No entanto, a existência de alguns monumentos e a falta de outros ainda ‘incomodam’. Em 1993, numa sessão parlamentar uma deputada da Swapo reclamou da falta de um memorial aos prisioneiros mortos no campo de concentração na ilha defronte à cidade de Lüderitz, onde há, no entanto, um monumento em homenagem ao fundador da colônia alemã do sudoeste africano, um comerciante de Bremen, Adolf Lüderitz.

Na cidade costeira de Swakopmund, o Memorial Naval (*Marine Denkmal*) também é alvo de críticas. Como homenagem aos mortos do I e do II Batalhão Naval enviados pelo Kaiser para reforçar a *Schutztruppe* no início da guerra colonial no sudoeste africano, esse memorial foi erguido em 1908. O comentário da professora de história Elisabeth Khaxas diante do Memorial Naval é um exemplo da ‘leitura a contrapelo’ desses ‘lugares de memória’:

Esse memorial é uma homenagem aos soldados alemães que iniciaram o genocídio. Eles mataram muita gente, eles acabaram com 75% do povo Herero, mas aparecem como heróis. Por que não temos ainda nenhum monumento para lembrar as vítimas? Esse monumento é um signo da destruição, da desumanidade sofrida por um povo negro deste país.³⁹

O Memorial do Cavaleiro (*Reiterdenkmal*) em Windhoek é outro tema de controvérsias entre as comunidades étnicas na Namíbia. Afinal, ele não é apenas uma homenagem aos soldados mortos da *Schutztruppe*. Como todo monumento de guerra, é ponto de referência para a identidade dos sobreviventes.⁴⁰ Ele também se inscreve na topografia de um espaço colonial que ainda tem forte carga simbólica num país em franco processo de construção da sua história nacional. Depois de quase cem anos impávido nas proximidades da

Antiga Fortaleza (*Alte Feste*) – outro local simbólico dos tempos do domínio colonial alemão –, o *Reiterdenkmal* foi removido em agosto de 2009.⁴¹

Mas não é apenas do lado dos ‘vencidos’ que a memória e a história passam por um processo de descolonização. Também do lado dos ‘vencedores’ a história reescrita tem contribuído para isso. Em 1985, um grupo de historiadores alemães foi convidado a dar seu veredito em torno da questão do genocídio dos *herero*.⁴² O encontro contou ainda com autoridades políticas locais e ocorreu em Münster, após a polêmica sobre a palavra *Völkermord* que apareceu numa homenagem de autoria da organização não-governamental *Arbeitskreis Afrika* (Akafrik).⁴³

Outros monumentos e memoriais em homenagem às vítimas do colonialismo também tiveram lugar na Alemanha nos últimos anos.⁴⁴ Na cidade hanseática de Bremen, um monumento de 1932, iniciativa da então *Deutsche Kolonialgesellschaft* em homenagem aos tempos coloniais, tornou-se monumento do anticolonialismo em 1996, numa ação de grupos da sociedade civil. Para a cerimônia de inauguração da placa em homenagem às vítimas do domínio colonial alemão compareceu o presidente da Namíbia, Sam Nujoma. Em 2009, outro memorial foi inaugurado em Bremen. Dessa vez, a homenagem era para as vítimas de Waterberg e do genocídio.

Em geral, esses monumentos e memoriais visam dar conta daquela dupla dívida histórica, ou seja, dívida com as gerações passadas e futuras. Nesse sentido, busca-se uma reparação simbólica por meio do reconhecimento dos erros passados; ao mesmo tempo, antecipa-se à crítica eventual das gerações futuras.

Já alguns monumentos do período colonial e pós-colonial que vangloriam personalidades ou batalhas têm sido retirados da esfera pública. Alguns nomes de ruas também têm sido trocados. No centro de Munique, por exemplo, a von Trotha-Strasse passou a ser chamada Hererostrasse. Tal mudança ocorreu no dia 9 de novembro de 2007. Essa talvez tenha sido a mais emblemática mudança, pois o nome de quem deu a ordem de extermínio foi substituído pelo nome do grupo étnico vítima de sua sanha.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O genocídio dos *herero* foi o primeiro do século XX. Ele se inscreve numa série de outros (de armênios, de judeus, de tutsis etc.) ocorridos entre 1904 e 1999. Se certas comemorações ressignificam o acontecimento no intuito de atualizar o passado, mesmo na impossibilidade de vivenciar a experiência original, a história tem a vantagem de discernir as mudanças na memória coleti-

va. Ela permite sua reconstrução no tempo, não o passado tal como se passou, mas suas reutilizações permanentes, seus usos e abusos, suas marcas impregnadas no tempo presente.⁴⁵

Reescrever a história de um genocídio favorece uma abordagem do acontecimento passado como emergência, inscrito dentro de um esquema compreensivo, numa construção narrativa. Pela operação historiográfica, o acontecimento retorna ‘supersignificado’.⁴⁶ Nesse sentido, alguns historiadores relacionaram certos genocídios com o imperialismo, outros o trataram como um fato inerente ao colonialismo. Algumas dessas interpretações históricas permitem analogias entre o genocídio dos *herero* e o holocausto dos judeus.⁴⁷ Estudos comparados sobre genocídios demonstram também as diferenças, por exemplo, entre o que aconteceu na Namíbia, na Califórnia e na Tasmânia (Madley, 2004).⁴⁸

A memória de um genocídio pode servir às minorias étnicas para reivindicar melhor visibilidade num contexto pós-colonial. Mas se o dever de memória é um imperativo que interpela os historiadores, não se pode confundí-los com ‘guardiões da memória’. Ao historiador cabe a função, talvez desmedida, de transmitir um conhecimento apropriado, verificado, dessa ‘população de mortos’. Apesar de todas as dificuldades e implicações, abandonar essa pretensão seria deixar o campo livre para todo tipo de revisionismo e falsificações do passado.⁴⁹

Solidários ao dever de memória, os historiadores podem contribuir para a reescrita da história nacional. Ao mesmo tempo, a descolonização da memória e da história nacional suscita novos debates, polêmicas e mesmo conflitos na sociedade contemporânea. A retirada de monumentos, a substituição de nomes de avenidas, ruas ou praças e a inauguração de novos memoriais, placas comemorativas e museus contribuem para um melhor diálogo entre todos os grupos sociais ou étnicos envolvidos na atualização da memória coletiva ou da escrita da história nacional.

Mesmo que as autoridades de um governo ou outro, como os da Alemanha e da Namíbia, consigam tangenciar as demandas de minorias étnicas ou de organizações não-governamentais, os vestígios do passado – como as ossadas descobertas no início de 2000 no deserto próximo à cidade de Lüderitz – emergem e interpelam nosso dever de memória e nosso compromisso de reescrever a história.

NOTAS

¹ No Brasil, as revistas do Centro de Estudos Afro-Orientais (Ceao/UFBA, Salvador), do Centro de Estudos Africanos (FFLCH/USP, São Paulo) e do Centro de Estudos Afro-Asiáticos (Ceaa/Universidade Cândido Mendes, Rio de Janeiro) têm contribuído muito para a divulgação do conhecimento acadêmico em vários campos disciplinares relativos à África. Em pesquisa *online* e na busca por assunto nos *sites* dos periódicos desses respectivos centros de estudos não foram encontrados artigos sobre a história da Namíbia. Entre os raríssimos artigos que tratam do sudoeste africano ou da Namíbia estão o de Willfried F. Feuer, da University of Port Harcourt (Nigéria), em seu estudo de literatura comparada sobre dois romances de escritores europeus relacionados à África: *Volk ohne Raum*, de Hans Grimm, e *Terra Morta*, de Castro Soromenho. O referido artigo foi publicado em *Afro-Ásia*, n.13, p.51-66, 1980.

² ECKERT, Andreas. Namibia – ein deutscher Sonderweg in Afrika? In: ZIMMERER, Jürgen; ZELLER, Joachim (Hrgs.). *Völkermord in Deutsch-Südwestafrika: Der Kolonialkrieg (1904-1908) in Namibia und seine Folgen*. Berlin: Ch. Links Verlag, 2004, p.226-238.

³ WENDT, Reinhard. O olhar para além das fronteiras continentais: história extraeuropeia na recente historiografia [de língua] alemã. (Trad. Silvio M. de S. Correa). In: GERTZ, René; CORREA, Silvio M. de S. (Org.). *Historiografia alemã pós-muro: experiências e perspectivas*. Passo Fundo (RS): UPF; Santa Cruz do Sul (RS): Unisc, 2007, p.194-233, p.231.

⁴ CONNERTON, Paul. *How societies remember*. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.

⁵ Para Koselleck, o espaço de experiência é o passado tornado atual. Assim, convivem simultaneamente no presente diversos tempos (re)atualizados pela memória. O horizonte de expectativa diz respeito ao devir. São prognósticos, esperanças, angústias e projeções para o futuro. O tempo histórico é fruto da tensão entre passado e futuro. Ver: KOSELLECK, Reinhart. *Vergangene Zukunft: Zur Semantik geschichtlicher Zeiten*. Frankfurt: Suhrkamp, 1989.

⁶ Sobre os três tipos de escrita da história (*Aufschreiben, Fortschreiben, Umschreiben*) e seus respectivos tempos (*kurz-, mittel-, langfristig*), Koselleck observou que a história na curta duração foi escrita, em geral, pelos vencedores, ao passo que a história a longo termo traz a marca dos vencidos, uma vez que os últimos ou seus representantes buscam outras explicações para a derrota, as quais se inscrevem na longa duração ou na análise das estruturas. Ver: KOSELLECK, Reinhart. *Erfahrungswandel und Methodenwechsel. Eine historische-anthropologische Skizze*. In: MEIER, C.; RÜSEN, J. (Hrgs.). *Historische Methode*. München: Deutscher Taschenbuch-Verlag, 1988, p.13-61.

⁷ KOSELLECK, 1989; RICOEUR, Paul. *La mémoire, l'histoire, l'oubli*. (Collection L'ordre philosophique). Paris: Seuil, 2000.

⁸ Na historiografia das duas Alemanhas, o tema do genocídio não tinha sido tratado até meados da década de 1960. De orientação marxista, o livro de Horst Dreschler (*Aufstände in Südwestafrika: Der Kampf der Herero und Nama 1904 bis 1907 gegen die deutsche Ko-*

lonialherrschaft. Berlin [Ost]: Akademie-Verlag, 1966) foi o primeiro trabalho a relacionar o genocídio dos *herero* com o imperialismo. Na República Federal Alemã, Helmuth Bley (*Kolonialherrschaft und Sozialstruktur in Deutsch-Südwestafrika 1894-1914*. Hamburg: Leibniz-Verlag, 1968) fez uma análise histórica da estrutura social no sudoeste africano sob domínio colonial alemão em que o extermínio aparece associado ao colonialismo. Após a unificação da Alemanha, em 1989, vários trabalhos foram publicados sobre o genocídio dos *herero*, especialmente à época do centenário do genocídio. Ver: DABAG, Mihran; GRÜNDER, Horst; KETELSEN Uwe-Karsten (Hrsgs.). *Kolonialismus, Kolonialdiskurs und Genozid*. Paderborn: Fink Verlag, 2004; ZELLER, Joachim. Symbolische Politik. Anmerkungen zur kolonialdeutschen Erinnerungskultur. In: ZIMMERER, Jürgen; ZELLER, Joachim (Hrsg.). *Völkermord in Deutsch-Südwestafrika*. Der Kolonialkrieg (1904-1908) in Namibia und seine Folgen. Berlin: Links Verlag, 2004, p.192-208; ZIMMERER, Jürgen. Krieg, KZ und Völkermord in Südwestafrika. Der erste deutsche Genozid. In: ZIMMERER, ZELLER, 2004, p.45-63; WASSINK, Jörg. *Auf den Spuren des deutschen Völkermordes in Südwestafrika: Der Herero-/Namaufstand in der deutschen Kolonialliteratur; eine literarhistorische Analyse*. München: M. Press, 2004; HAMANN, Christof (Hrsg.). *Afrika – Kultur und Gewalt*. Hintergründe und Aktualität des Kolonialkriegs in Deutsch-Südwestafrika. Seine Rezeption in Literatur, Wissenschaft und Populärkultur (1904-2004). In: Institut für Kirche und Gesellschaft, 2005; BREHL, Medardus. *Vernichtung der Herero*. Diskurse der Gewalt in der deutschen Kolonialliteratur (Gemeinschaftsgüter: Recht, Politik und Ökonomie), Paderborn: Fink Verlag, 2007.

⁹ A recente historiografia namibiana ainda busca se ‘descolonizar’ da influência historiográfica sul-africana. Ao mesmo tempo, ela ainda depara com o peso da autoridade dos historiadores alemães e sul-africanos cujos trabalhos, em termos quantitativos e qualitativos, deixam pouca margem de inovação e visibilidade para os jovens historiadores da Namíbia. No campo historiográfico, por exemplo, quando o assunto é o colonialismo na África austral (incluindo o sudoeste africano) o mercado editorial é quase um monopólio de historiadores ‘brancos’ da Alemanha, da Inglaterra, da Holanda e da África do Sul. As poucas exceções são autores namibianos que estudaram no exterior ou desempenham funções de representação oficial no exterior como, por exemplo, o embaixador Peter Katjavivi, autor do livro intitulado *A history of resistance in Namibia* (Paris: Unesco, 1988).

¹⁰ Em matéria de jornal, a historiadora namibiana, falecida em 1996 em trágico acidente, refutou a interpretação do genocídio. LAU, Brigitte. Uncertain certainties: The Herero-German War of 1904. *Mibagus*, n.2, p.4-5, 8, Apr. 1989. Mais tarde, o historiador alemão Tilman Dederling, da University of South Africa, replicou os argumentos de Lau. Cf. DEDERING, T. The German-Herero War of 1904: revisionism of genocide or imaginary historiography? *Journal of Southern African Studies*, v.19, n.1, p.80-88, 1993.

¹¹ Sobre esse assunto ver o interessante capítulo do historiador Pascal ORY, “Du rôle des historiens dans des procès récents”, em BACOT, Jean-Pierre; COQ, Christian (Dir.). *Travail de mémoire 1914-1998: une nécessité dans un siècle de violence*. Paris: Autrement, Collection Mémoires, n.54, jan. 1999. Também estes artigos: RIOUX, Jean-Pierre. Pas de tribunal de l’Histoire. *Le Monde des débats*, n.12, 1999; GINZBURG, Carlo. Verificando a

evidência: o juiz e o historiador. *Revista Notícia Bibliográfica e Histórica*, Campinas (SP), n.202, jan.-jun. 2007; e, recentemente, DOSSE, François. L'Histoire à l'épreuve de la guerre des mémoires. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v.1, n.1, p.5-16, jan.-jun. 2009. (Este disponível em: revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/viewFile/707/597).

¹² Sobre a etnicidade e sua relação com a política nacional em sociedades africanas do período pós-colonial, Mahmood Mamdani (1996) tratou do legado histórico do colonialismo, especialmente para a relação daquele Estado, denominado por ele como bifurcado (*bifurcated State*), com populações urbanas e rurais. Para o caso específico da Namíbia, Christian Bader e Ingolf Diener apontaram a composição étnica de diferentes partidos desde o mandato sul-africano até a hegemonia da Swapo durante os primeiros anos pós-independência. Ver: MAMDANI, Mahmood. *Citizen and subject: contemporary Africa and the legacy of late colonialism*. Princeton University Press, 1996; BADER, Christian. *La Namibie*. Paris: Karthala, 1997; DIENER, Ingolf. *Namibie – une histoire, un devenir*. Paris: Karthala, 2000.

¹³ Para a atual divisão étnica da Namíbia, cf. www.state.gov/r/pa/ei/bgn/5472.htm, acesso em: 14 fev. 2010.

¹⁴ “Os Hereros não são mais súditos alemães ... Todos eles devem deixar suas terras. Se não aceitam, serão impelidos pelas armas. Todo Herero que se encontrar no interior das fronteiras alemãs, com ou sem arma, será executado. Mulheres e crianças serão reconduzidos para fora – ou serão fuzilados ... Não se fará nenhum prisioneiro. Eles serão fuzilados...”. Proclamação do general Lothar von Trotha ao povo herero. In: RUFT, Conrad. *Krieg und Fried im Hererolande*. Leipzig, 1905, p.385 (ein Faksimile-Reprint von Fines Mundi Saarbrücken).

¹⁵ Os números de mortos entre alemães, hereros e namas variam de um historiador para outro. Os números aqui citados têm como referência os cálculos do historiador alemão Horst Gründer (1995, p.121), mas o holandês Henri Wesseling (2004, p.367) apresenta outros: os *herero* seriam 80 mil em 1904 e não mais que 20 mil em 1906. Entre os 17 mil homens europeus que a Alemanha engajou ao longo dessa guerra, que foi sua grande guerra colonial, 2 mil perderam a vida. Ver: GRÜNDER, Horst. *Geschichte der deutschen Kolonien*. München: UTB, 1995; WESSELING, Henri. *Les empires coloniaux européens 1815-1919*. Paris: Gallimard, 2004.

¹⁶ A antropóloga Karla Poewe considera que o processo de extermínio dos *herero* começou antes de 1904. As mudanças culturais e sociais provocadas pelas missões luteranas desencadearam a desintegração psicossocial do grupo étnico *herero*. Ver: POEWE, Karla. *The Namibian Herero: a History of their psychosocial disintegration and survival*. Lewiston (NY); Queenston (Ontario): Edwin Mellen Press, 1985.

¹⁷ GEWALD, Jan Bart. Die Beerdigung von Samuel Maharero und die Reorganisation der Herero. In: ZIMMERER; ZELLER (Hrgs.), 2004, p.171-191, p.173.

¹⁸ Em entrevista que concedeu ao jornalista alemão Thomas Knemeyer (apud Melber, 2004, p.218), Nujoma chegou a afirmar que “a nova Namíbia e a nova Alemanha não se ocupam mais com o passado. Nós deixamos para trás a triste história e trabalhamos con-

juntamente para frente”. Ver: MELBER, Henning. “Wir haben überhaupt nicht über Reparationen gesprochen”. Die namibisch-deutsche Beziehungen: Verdrängung oder Versöhnung? In: ZIMMERER; ZELLER (Hrsg.), 2004, p.215-225.

¹⁹ LECLERC-OLIVE, Michèle. Les figures du temps biographique. *Revue internationale de Sociologie*, v.104, p.97-120, 1998; PETIT, Jean-Luc. La constitution de l'événement social. *Raisons Pratiques* (Dossier l'événement en perspective), n.2, Paris: EHESS, 1991, p.9-38.

²⁰ FÖRSTER, Larissa. Der deutsche Friedhof am Waterberg. In: ZIMMERER; ZELLER (Hrsgs.), 2004, p.209-214, p.209.

²¹ KÖßLER, Reinhard; MELBER, Henning. Völkermord und Gedenken. Der Genozid an den Herero und Nama in Deutsch-Südwestafrika 1904-1908. In: BRUMLIK, Micha; WOJAK, Irmtrud. *Völkermord und Kriegsverbrechen in der ersten Hälfte des 20. Jahrhunderts*. Frankfurt: Campus, 2004, p.37-76.

²² Edward Bruner apontou para tal ocorrência para o caso da celebração do *Pueblo Revolt of 1680* no verão de 1980 no Novo México e no Arizona. Ver: BRUNER, E. *Ethnography as Narrative*. In: BRUNER, Edward; TURNER, Victor (Ed.). *The Anthropology of experience*. Chicago: University of Illinois, 1986, p.148.

²³ Sobre processos de emancipação de mulheres africanas, ver os quatro volumes de *Woman Writing Africa (The Southern Region, 2003; West Africa and the Sahel, 2005; The Eastern Region, 2007; e The Northern Region, 2009)* e, para um caso mais específico, ver também SANOU, Bruno Doti. *L'émancipation des femmes madare: l'impact du projet administratif et missionnaire sur une société africaine (1900-1960)*. Leiden: E. J. Brill, 1994; sobre o genocídio em Ruanda, ver MAMDANI, Mahmood. *When victims become killers: colonialism, nativism, and genocide in Rwanda*. Princeton: Princeton University Press, 2001; e KABAGEMA, Édouard, *Carnage d'une nation: Génocide et massacre au Rwanda*. Paris: L'Harmattan, 2001.

²⁴ GLUKMAN, Max. *Custom and Conflict in Africa*. Oxford: Basil Blackwell, 1955; TURNER, Victor. *Schism and Continuity in an African Society*. Manchester: Manchester University Press, 1968.

²⁵ Apesar de ser um livro já clássico para os estudos sobre a África colonial e pós-colonial, *Citizen and subject* (1996) sofreu várias críticas de africanistas como Ralph A. Austen (University of Chicago), Frederik Cooper (University of Michigan), Mariane Ferme (University of California, Berkeley) e Jean Copans (Université de Picardie). Cf. www.politique-africaine.com/numeros/pdf/073193.pdf, acesso em: 24 jun. 2010.

²⁶ Em “Thinking about genocide”, capítulo introdutório do seu livro sobre o genocídio em Ruanda, Mahmood Mamdani (2001, p.3-18) coloca em perspectiva os genocídios de *herero* e *tutsi*. Também menciona o holocausto judeu à época do nazismo, relacionando-o com o genocídio dos *herero* na *Deutsche Südwest-Afrika* (atual Namíbia).

²⁷ MADLEY, Benjamin. Patterns of frontier genocide 1803-1910: the Aboriginal Tasmanians, the Yuki of California, and the Herero of Namibia. *Journal of Genocide Research*,

v.6, n.2, p.167-192, 2004; MAMDANI, Mahmood. *When victims become killers: colonialism, nativism, and the genocide in Rwanda*. Princeton: Princeton University Press, 2001.

²⁸ Em alguns casos, o fenômeno de memorialização fomenta um ‘turismo étnico’ como no caso da memória do tráfico de escravos em Gana, onde turistas afro-americanos visitam El-mina. Cf. BRUNER, Edward M. *Culture on tour: ethnographies of travel*. Chicago: University of Chicago Press, 2004.

²⁹ Pierre Nora et le métier d'historien. “La France malade de sa mémoire”. Propos recueillis par BUOB, Jacques; FRACHON, Alain. Le Grand Entretien, *Le Monde* 2, n.105, 18 fév. 2006.

³⁰ MARCOT, François. Devoir de mémoire et légitimité de l’oubli. In: *Journée d’études organisée par le Musée de la résistance et de la déportation, la Maison des sciences de l’homme Claude-Nicolas-Ledoux et le Laboratoire des sciences historiques de l’Université de Franche-Comté*. Besançon, 30 avr. 2003. Disponível em: www.fondationresistance.com/actualites/themes/devoirmemoirelegitimiteoubli.htm.

³¹ CERTEAU, Michel. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002, p.93; LANGEWIESCHE, Dieter. Über das Umschreiben der Geschichte. Zur Rolle der Sozialgeschichte. In: OSTERHAMMEL, Jürgen et al. (Hrsgs.). *Wege der Gesellschaftsgeschichte*. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 2006, p.67-80, p.72.

³² Após a abertura dos processos nos Estados Unidos por representantes legais dos hereros, vários artigos acadêmicos trataram do argumento e das implicações legais do processo de reconhecimento do primeiro genocídio do século XX: HARRING, S. German reparations to the Herero nation: an assertion of Herero nationhood in the path of Namibian development. *West Virginia Law Review*, v.104, p.397-398, 2002; ANDERSON, Rachel. Redressing colonial genocide under international law: the Hereros’ Cause of action against Germany. *California Law Review*, v.93, n.1155, 2005. Disponível em: faculty.unlv.edu/anderson/pdfs/andersonhererogenocide.pdf; COOPER, Allan D. Reparations for the Herero Genocide: defining the limits of international litigation. *African Affairs*, v.106, n.422, p.113-126, 2007.

³³ “Germany admits Namibia genocide”, BBC News (14 ago. 2004), disponível em: news.bbc.co.uk/2/hi/africa/3565938.stm, acesso em: 16 fev. 2010; “Germany regrets genocide”, BBC News (12 jan. 2004), disponível em: news.bbc.co.uk/2/hi/africa/3388901.stm, acesso em: 16 fev. 2010.

³⁴ “Unsere Vergangenheit wurde uns geraubt”, Interview von Anja Bochtler mit Ellen Namhila, Vertreterin der Archive des anticolonialen Widerstands- und Befreiungskampfes in Namibia; *Badische Zeitung* vom 15.5.2008, S. 22. Disponível em: www.freiburg-postkolonial.de/Seiten/2008-AACRLS-Uebergabe.htm, acesso em: 15 fev. 2010.

³⁵ Uma entrevista (11 nov. 2009) com o diretor do Arquivo da Universidade de Freiburg sobre a polêmica em torno da coleção de crânios se encontra em: “Die Schädelammlung im Freiburger Universitätsarchiv und namibische Rückgabeforderungen”, Interview von Heiko Wegmann mit dem Leiter des Universitätsarchivs Freiburg, Dr. Dieter Speck. Disponível em: www.freiburg-postkolonial.de/Seiten/dl.htm#2009uniarchiv, acesso em: 14

fev. 2010. Ver também matéria do jornal de Freiburg (14 nov. 2009) em www.badische-zeitung.de/freiburg/leichen-im-keller, acesso em 14 fev. 2010.

³⁶ “Leichen in Keller”, *Badische Zeitung*, Freiburg (14 fev. 2009), disponível em: www.badische-zeitung.de/freiburg/leichen-im-keller, acesso em: 14 fev. 2010. Ver também a entrevista com Neville Gertze, embaixador da Namíbia na Alemanha, em torno da polêmica da coleção de crânios da Universidade de Freiburg: www.freiburg-postkolonial.de/Seiten/2009-Interview-Gertze.htm, acesso em: 14 fev. 2006.

³⁷ ZELLER, Joachim. Symbolische Politik. Anmerkungen zur kolonialdeutschen Erinnerungskultur. In: ZIMMERER; ZELLER (Hrsg.), p.204. Ver também: SPEITKAMP, Winfried. Kolonialherrschaft und Denkmal. Afrikanische und deutsche Erinnerungskultur im Konflikt. In: MARTINI, Wolfram (Hg.). *Architektur und Erinnerung*. Göttingen, 2000, p.165-190.

³⁸ Para uma análise histórica sobre os principais monumentos do período colonial e pós-colonial na Namíbia, cf. ZELLER, Joachim. *Kolonialdenkmäler und Geschichtsbewußtsein. Eine Untersuchung der kolonialdeutschen Erinnerungskultur*, Frankfurt/M., 2000; ZELLER, Joachim. “Kolonialkrieg und Denkmal. 100 Jahre Politik mit der Erinnerung”. In: FÖRSTER, Larissa; HENRICHSEN, Dag; BOLLIG, Michael (Hrsg.). *Namibia – Deutschland: Eine geteilte Geschichte*. Köln: Widerstand-Gewalt-Erinnerung, 2004, p.124-143.

³⁹ Elisabeth Khaxas concedeu entrevista para o documentário *O fim do Sudoeste Alemão (Das Ende von Deutsch-Südwest)*, realizado pela Westdeutschen Rundfunk em 1994.

⁴⁰ KOSELLECK, Reinhart. Kriegerdenkmale als Identitätstiftungen der Überlebenden. In: MARQUARD, Odo; STIERLE, Karlheinz (Hrsg.). *Identität*. München: DTV, 1979, p.255-276.

⁴¹ Imagens da remoção foram disponibilizadas na internet pelo jornal de Windhoek, *Allgemeine Zeitung*. Disponível em: www.az.com.na/fotogalerie/reiterdenkmal-vom-sockel-gehoben.92031.php, acesso em: 15 fev. 2010.

⁴² A organização *Arbeitskreis Afrika* (Akafrik) convidou estes historiadores para o debate: Horst Gründer (Universidade de Münster), Manfred Hinz (Universidade de Bremen), Henning Melber (Universidade de Kassel) e Helmut Bley (Universidade de Hannover).

⁴³ “Nós lembramos as vítimas do genocídio (*Völkermord*) sob domínio colonial alemão na Namíbia.” Com essa frase se abriu, nos anos de 1984 e 1985, em Münster, na Westfália, um profícuo debate em torno do acontecimento histórico ocorrido durante a guerra colonial de 1904-1908.

⁴⁴ Sobre a “descolonização da cultura da lembrança” (*Entkolonisierung der Erinnerungskultur*) na Alemanha, cf. o projeto de Hamburgo www.afrika-hamburg.de/denkmal5.html.

⁴⁵ NORA, Pierre. *Les lieux de mémoires*. Paris: Gallimard, 1993.

⁴⁶ RICOEUR, Paul. Événements et sens. *Raisons Pratiques* (Dossier L'événement en perspective), n.2, Paris: EHESS, 1991, p.41-56, p.55.

⁴⁷ Há uma tendência historiográfica em comparar o regime colonial, o genocídio dos *here-*

ro, os campos de concentração e os trabalhos forçados dos prisioneiros do sudoeste africano com o regime nazista, o holocausto judeu, os campos de concentração e os trabalhos forçados de prisioneiros durante a Segunda Guerra Mundial. Ver, por exemplo, o artigo de MADLEY, Benjamin. “From Africa to Auschwitz: how German South West Africa incubated ideas and methods adopted and developed by the Nazis in Eastern Europe”. *European History Quarterly*, v.35, n.3, p.429-464, 2005. Embora o termo *Konzentrationslager* apareça oficialmente pela primeira vez em 11 de dezembro de 1904, numa carta de Bülow ao general Lothar von Trotha, Walter Nuhn (1997, p.351) mostrou que o campo de concentração do sudoeste africano não cumpriu com as mesmas funções do KZ da época nazista. Em seu artigo, Jürgen Zimmerer (2004) trata dos primeiros campos de concentração sob o regime colonial na Deutsche Südwest-Afrika, articulando aspectos dessa experiência com seu desdobramento nos tempos do III Reich.

⁴⁸ Ver também: STEINMETZ, George. Return to Empire: the New US Imperialism in Comparative Historical Perspective. *Sociological Theory*, v.23, n.4, p.339-367, 2005.

⁴⁹ CHARTIER, Roger. Le temps des doutes. *Le Monde*, 18 mars 1993 (texto integral disponível *online* para assinantes do jornal).

Artigo recebido em fevereiro de 2010. Aprovado em dezembro de 2010.